

Onde estão os corpos dos nossos mortos? Um questionamento a partir da construção imagética da pandemia

Leandro Silva Lopes

Recebido em: 19.08.21
Aprovado em: 30.06.22

Leandro Silva Lopes

Jornalista. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Mestre em Estudos Literários pela Faculdade de Letras/UFMG.

E-mail: leandroslopes.ba@gmail.com

Resumo:

Pensando a partir da construção imagética da atual pandemia, propomos uma reflexão sobre a cena do reconhecimento do luto em parte da cobertura midiática brasileira. Afinal, onde estão os corpos dos nossos mortos? O que realmente significam mais de 670 mil mortos quando isso é um número? Recorrendo à Judith Butler, Susan Sontag e Michael Hardt, realizaremos um gesto de discutir dicotomias a respeito das produções de subjetividade como um ato de esfacelamento das comoções que o luto público é capaz de produzir. Trazemos alguns exemplos dessa construção imagética a partir do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, e também do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016).

Palavras-chave: Construção imagética. Luto público. Mídia. Pandemia.

Where are the bodies of our dead? A questioning based on the imagery construction of the pandemic

Abstract:

Thinking from the imagery construction of the current pandemic, we propose a reflection on the recognition of mourning in part of Brazilian's media coverage. After all, where are the bodies of our dead? What does 670,000 really mean when that's only a number? Based on the work of Judith Butler, Susan Sontag and Michael Hardt, we discuss the dichotomies about the production of subjectivity as an act of breaking up the commotions that public mourning is capable of producing. We bring some examples of this imagery construction from *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão and also from the documentary *13th*, by Ava DuVernay (2016).

Keywords: Imagery construction. Public mourning. Media. Pandemic.

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.
ISSNe 1984-6924

Introdução

Uma constatação que na forma de meme viralizou nas redes sociais, no início de junho de 2020, dizia: “o curioso caso de benjamin button onde com 200 casos de corona tava todo mundo surtando estocando papel higiênico e com 1 milhão de casos abriu o shopping”¹. O texto era, quase sempre, seguido de um compartilhamento de reportagens que estampavam o número de um milhão de casos da doença em território brasileiro. No início de março de 2022 este número já ultrapassava os 670 mil óbitos e mais de 30 milhões de casos no país.

A partir do primeiro milhão, tinha início uma cobertura midiática saturada de números. As principais manchetes davam conta das estatísticas da pandemia. O jornalismo gráfico se ampliava nos principais portais de notícias do país. Narravam-se algarismos no lugar de corpos. Desvelam-se o que para as operações de poder² (BUTLER, 2018), muita gente é: coisa. E, *coisadamente*, não elaboramos nossos lutos públicos. Esta lógica segue até os dias de hoje, mais de dois anos depois da primeira morte causada pelo vírus. Carla Rodrigues (2020) chamou o fenômeno de “língua dos números”. Segundo ela, estamos “reconhecendo por um lado que é impossível narrar todas as perdas e, por outro, que somos incapazes de demonstrar sensibilidade em relação aos mortos” (RODRIGUES, 2020, p. 141-142).

Dito isto, propomos, realizar neste trabalho um gesto de reflexão sobre a importância do luto coletivo diante da pandemia do coronavírus e, como campo de diálogo, sugerimos perceber como as produções de subjetividades formatadas pela grande mídia elaboram uma espécie de apatia social. Abordaremos a construção imagética da pandemia no Brasil através das imagens em movimento da tragédia, que se contrapõe às imagens esvaziadas de sentidos devido ao visual gráfico que transforma vidas em dados quantitativos. Para tal fim, apresentaremos uma análise da cobertura da pandemia em três edições do *Jornal Nacional*: 20 de junho de 2020, quando o Brasil atingiu a marca de 50 mil mortos por Covid-19, 7 de janeiro de 2021, quando os números chegaram aos 200 mil óbitos e 29 de abril de 2021, quando se chegou às 400 mil vítimas. Percebamos que partimos da duplicação dos números: 50 para 100, 100 para 200, 200 para 400. Também apresentaremos outros exemplos e argumentações sobre formas imagéticas de tratamento de tragédias sociais, como no ativismo racial dos Estados Unidos, por meio do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016) ou como na obra *Krieg dem Kriege!* (Guerra contra guerra!), de Ernst Friedrich, que revela 180 imagens da Primeira Guerra Mundial retiradas dos arquivos militares e médicos da Alemanha.

Nosso caminho metodológico será o de perseguir as perguntas: onde estão os corpos dos nossos mortos? E qual problematização podemos estabelecer quando rostos e nomes são convertidos em números e têm suas existências e fisio-nomias apagadas?³ Por que, na cobertura midiática, eles não se fazem presentes nas imagens? Seriam os números, por maiores que sejam, capazes de evidenciar o tamanho da tragédia que atravessamos? Afinal, onde não há despedida, há luto?

Primeiro atravessaremos um campo da subjetividade, nos perguntando, por exemplo, se os desastres pautados nos países do primeiro mundo nos afetam mais diferentemente do que as nossas próprias calamidades. Seríamos moldados para perceber uma distribuição desigual do sentido de vida? Depois, se valendo de Susan Sontag (2003), vamos elaborar uma discussão em torno do que a autora chama “cobertura comprometida” na tentativa de compreender a ausência dos corpos na mídia. Na sequência, utilizando o exemplo de algumas edições do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, vamos abordar a proposta de cobertura humanizada como retórica, comparando outras possibilidades e elaborando a ideia da imagem como prova.

¹ A primeira vez que tivemos acesso ao meme foi por meio do Instagram @clapiclapiclap. Dias depois, outros vários usuários de outras redes foram vistos usando as mesmas palavras. A autoria, de fato, não é possível confirmar.

² No texto introdutório do livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2018), Judith Butler realiza um gesto analítico de pensar ações políticas presentes no cotidiano social. Para ela, existe um problema epistemológico, por exemplo, ao pensar as molduras dos enquadramentos a que somos submetidos constantemente e pelos quais perdemos a capacidade de apreender a vida dos outros como perdida. Trata-se de um termo muito presente nas formulações da autora que o utiliza a partir da noção de um conjunto de acontecimentos capazes de moldar um pensamento político e social comum.

³ É importante afirmar que tratamos aqui de pessoas anônimas e comuns. Sabemos que quando pensamos em vítimas ou pacientes famosos, ou afortunados, nestes casos, a cobertura é constante.

Dicotomia, corpo e CEP

Antes do primeiro milhão de casos no Brasil, foram os italianos que sofreram com a proliferação do vírus. Primeiros mundistas. Foi um choque! Reativamos os gestos de postar TBTs (throwback Thursday) nas redes sociais para lembrar das nossas últimas passagens pelos países assolados pela pandemia. Tal qual fizemos para doar nossos tempos e nossas memórias para a igreja de Notre-Dame, em Paris, durante o seu incêndio em abril de 2019. Enquanto isso, não nos esqueçamos, Moçambique seguia devastada pelo ciclone “Idai” que percorreu parte da costa africana entre 4 e 21 de março de 2019, causando inundações também em Madagascar, Malawi e Zimbábue. Estima-se que 800 pessoas foram mortas. Em setembro de 2019, segundo reportagem do portal R7, ao menos 95 mil pessoas ainda estavam desabrigadas. Só em Moçambique, pelo menos, 2 milhões de pessoas foram afetadas. (ORLANDO, 2019).

Parece-nos que uma dicotomia ali, entre França e Moçambique, existiu também aqui, entre Brasil e Itália. Recorremos a Judith Butler (2018). Segundo ela, os enquadramentos levam, inevitavelmente, em consideração o corpo e o Código de Endereçamento Postal (CEP). Assim, parece-nos que não se tratava apenas de um espanto inicial diante da dor do europeu, mas, sobretudo, de uma percepção coletiva que dita a distribuição desigual do sentido de vida (BUTLER, 2018). Ou, como já argumentou Stuart Hall: “Se o problema da África era o não-dito, o problema da Europa é um infinito dizer”. (HALL, 1996, p. 73).

Em um seminário intitulado *Arte e descolonização*, a artista visual Jota Mombaça (2019) apresenta-nos um questionamento a partir das suas leituras da filósofa Denise Ferreira da Silva em torno da noção de valor. Para ela, aquilo que percebemos como valor está diretamente ligado a “uma espécie de bússola ética da modernidade que constitui, por exemplo, o modo como nos relacionamos com a ideia de humano” (MOMBAÇA, 2019). No seu modo de ver, o valor se tornou um dispositivo capaz de determinar se uma vida vale mais ou vale menos. Este questionamento nos parece uma substância importante para a ideia de constituição de subjetividade. Neste sentido vale a pergunta: qual vida vale mais? A do europeu ou do latino? A dos italianos ou dos brasileiros?

Do mesmo modo que o valor da vida pode ser edificador das nossas subjetividades, a importância do luto público também. Platão já havia percebido tal potencialidade. Em *A República* (2020), o filósofo quis banir os poetas. Segundo Butler (2018), Platão acreditava que, se os cidadãos assistissem às tragédias com muita frequência, chorariam suas perdas e tal luto conseguiria perturbar a ordem e a hierarquia da alma, desestabilizando também a ordem e a hierarquia da autoridade pública (PLATÃO *apud* BUTLER, 2018). Platão sabia que o luto público é capaz de gerar comoção. Por isso, “a distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância” (BUTLER, 2018, p. 65).

O luto público elabora respostas afetivas aptas a gerar indignação. A medida da sua propagação é definidora da produção de ações sociais questionadoras. Podemos citar toda a mobilização em torno do assassinato de George Floyd em maio de 2020.⁴ A partir desse exemplo, podemos nos questionar: e se a imagem de um policial branco ajoelhado no pescoço de um negro, que insistia em afirmar que não conseguia respirar, não circulasse pelas redes sociais, teríamos um luto público capaz de gerar uma trajetória de comoção? Veremos logo mais, a partir do exemplo do documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016), que só após imagens como a de George Floyd terem sido propagadas pelos movimentos civis norte-americanos foi possível elaborar uma reação às políticas discriminatórias.

⁴ George Perry Floyd Jr. foi um afro-americano assassinado, estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem, no dia 25 de maio de 2020, em Minneapolis. Floyd foi abordado, supostamente, por tentar usar uma nota de vinte dólares falsificada em um supermercado. Após alguns vídeos serem compartilhados nas redes sociais, vários protestos em várias cidades americanas e, depois, no mundo, eclodiram. Na terceira noite de protestos, na cidade onde o assassinato ocorreu, a delegacia de polícia onde os agentes envolvidos na ação trabalhavam foi incendiada.

Comoção como esfacelamento

Até aqui, desvelamos a presença de uma cobertura gráfica na grande mídia que busca traduzir, diariamente, os efeitos transmissíveis e mortais da pandemia em números. Suspeitamos também que ficamos mais chocados, em um primeiro momento, com a situação na Itália do que necessariamente com a nossa. Por que nos comovemos tanto com os caixões empilhados na Itália e as celebrações em um Vaticano vazio, mas demonstramos menor comoção com o agravamento da situação no Brasil? Desconfiamos que tal reação – comoção de um lado e aparente indiferença do outro –, diz da nossa percepção a respeito do valor da vida. Perguntamos, a partir do questionamento de Mombaça (2019): qual vida vale mais? E lembramos da potencialidade do luto público, algo já perceptível desde os escritos do filósofo Platão. Sugerimos a pergunta: por que nosso luto público não se fez evidente neste momento?

A nossa hipótese é que em uma sociedade de controle, tal qual nos apresenta Michael Hardt (2000), o modo como se organizam as operações de poder, seja político, econômico ou social, assaltam as produções de subjetividade também a partir do esfacelamento da comoção. Vale a pena se deter sobre essa ideia de Hardt.

A partir da leitura de Gilles Deleuze, passando por uma investigação da obra de Michael Foucault, Hardt (2000) elabora uma constatação de que a sociedade disciplinar deu lugar à sociedade de controle. Segundo ele, instituições como escola, família, hospital, prisão e fábrica, que constituíam a sociedade disciplinar, entraram em crise e perderam lugar para o que ele chama “formas fluidas” e sem muros visíveis. “O ‘espaço estriado’ das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao ‘espaço liso’ da sociedade de controle” (HARDT, 2000, p. 357).

Para o filósofo, a sociedade de controle, que ocupou o lugar da sociedade disciplinar, se caracteriza pela corrupção, pensada como uma *oni-crise*, uma espécie de discurso constante e não uma crise em si, como a entendemos, como um estado de incerteza ou declínio que precisa ser superado. *Oni-crise* seria algo como um estado perpétuo. Assim como é preciso pensar na noção de corrupção não como uma ideia de desvio de recursos públicos, como o imaginário coletivo internalizou, mas como algo em esfacelamento. Ele propõe sua leitura a partir da etimologia latina da palavra: “com-rumpere, esfacelar-se” (HARDT, 2000, p. 371). Como uma das características principais de constituição, a sociedade de controle e a máquina capitalista, assim como defendiam Deleuze e Félix Guattari, na leitura de Hardt, “só funciona se esfacelando” (HARDT, 2000, p. 371). E assim a comoção se compõe: a partir do esfacelamento. Neste sentido, trata-se de uma sociedade que lamenta apenas os corpos que, ao longo da produção esfacelada de comoção, se constituíram como choráveis.

A comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social. (BUTLER, 2018, p. 81-82)

Para Butler, a maneira pela qual respondemos à dor dos outros e como formulamos críticas morais e articulamos análises políticas dependem de certo campo de realidade perceptível já ter sido estabelecido (BUTLER, 2018, p. 100). “O que sentimos é parcialmente condicionado pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca” (BUTLER, 2018, p. 68).

O modo como enquadramos a Europa no imaginário coletivo talvez seja amplamente mais positivo do que como nos percebemos. Existe uma regulação de perspectiva que nos faz aprender, desde sempre, a distribuir sentidos desiguais de vida entre o chamado primeiro-mundo e nós, considerados por muitos, como terceiros-mundistas. Para Butler, essa construção imagética social é resultado de interpretações constituídas de maneira que nos fazem “acolher certas dimensões

do mundo e resistir a outras” (BUTLER, 2018, p. 81). É uma forma de constituição enquadrada em respostas afetivas e valorização moral que nos são apresentadas em diversas instituições que compõem, no contexto da sociedade de controle, redes flexíveis moduláveis (HARDT, 2000) como a família, a escola, a prisão, a fábrica, etc.

Dialogando com Susan Sontag (2003), Butler (2018) nos fala da cobertura comprometida, uma espécie de acordo entre a grande mídia e as operações de poderes estatais, como o Departamento de Defesa Americano, que determinou, por exemplo, a ausência de corpos mortos na guerra do Afeganistão, com a justificativa de que isso minaria o esforço de guerra americano. O que o público viu, portanto, foi uma guerra sem sangue, mas com números.⁵

Essa prática, segundo Sontag (2003), ocorreu pela primeira vez já na Primeira Guerra Mundial. Segundo ela, o alto-comando de países como França e Alemanha só permitiam a presença na zona de combate de alguns poucos escolhidos fotógrafos. Durante a cobertura do Vietnã, no entanto, houve um relaxamento da censura e as imagens, via de regra, se tornaram armas críticas à guerra. “Isso estava fadado a ter consequências: os meios de comunicação dominantes não têm nenhum interesse em fazer as pessoas sentirem engulhos diante das lutas para as quais estão sendo mobilizadas” (SONTAG, 2003, p. 57).

Tal efeito se espalha até agora. Afinal, onde estão os corpos dos nossos mortos? O que realmente significa 670 mil mortos quando isso é um número? Conseguimos chorar, lamentar ou se revoltar diante de algarismos? Ou, como questiona Rodrigues (2020, p. 139), quando os números do país passavam de 60 mil óbitos: “sabemos nomear o que perdemos diante de meio milhão de pessoas mortas no mundo e 60 mil só no Brasil?”.

Entendemos como fundamental percorrer um caminho metodológico em torno da noção de “valor-notícia”, realizando um rápido traçado histórico a partir de Tobias Peucer (2004) que reivindicava a importância de se “estabelecer uma seleção” dos fatos, já que eles eram praticamente “infinitos”. Assim, ele elaborou três grupos de acontecimentos noticiáveis: “exótico, impactante”; “notoriedade, poder”; e “religião, artes, vida em sociedade” (PEUCER, 2004). Tais categorias serviram de base para importantes pensadores da comunicação, como Nelson Traquina (2013), que organizou uma classificação detalhada em torno desta, pormenorizando o termo “valores-notícia” em critérios substantivos e contextuais e em campos de seleção e procedimentos de construção. Uma discussão proveitosa para se pensar nos critérios em torno de como uma grande mídia consegue distinguir o que destacar em suas pautas e o que não revelar, no que se aprofundar e no que dar um tratamento superficial.

Segundo a professora e pesquisadora Thaís de Mendonça Jorge (2006, p. 8), “identificar um valor-notícia e dar-lhe forma e posição adequada numa reportagem são o objetivo do jornalista”. Porém, a atuação do jornalista, sobretudo, operário das grandes corporações de comunicação, tem um limite muito bem estabelecido pelos poderes e interesses dos empresários do setor comunicacional. Podemos lembrar de uma definição certa a respeito de notícia, dada por Ciro Marcondes Filho (1986, p. 13): “ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político”. Pensar o modelo de abordagem como peça compositiva das operações de poder (BUTLER, 2018) irá auxiliar no método que seguiremos ao longo deste trabalho.

Portanto, temos dois procedimentos a observar. O primeiro é o da nossa desconfiança em relação à formação de subjetividade que coloca em um cenário de reconhecimento de valor onde nossa vida é minimizada em relação ao valor da vida de um europeu. O segundo diz de uma formulação narrativa numérica que não nos permite enxergar nossos mortos, consubstanciando todas e todos em estatísticas. Um mecanismo que favorece nossa incapacidade em relação à dor do

⁵ Importante esclarecer que o exemplo que Judith Butler desvela, a partir do seu diálogo com a obra de Susan Sontag, nos ajuda a compreender os trânsitos das operações de poder (conforme explicamos seu conceito no início do texto), elucidando, a partir de uma amostra, no caso a cobertura na guerra do Afeganistão, como é possível determinar escolhas do que mostrar e como enquadrar o que é mostrado na grande mídia. Temos ciência aqui que os contextos diferem dos enfrentados a partir da pandemia da Covid-19, já que, no caso do coronavírus, existe o fator contaminação que dificultava o acesso aos corpos.

outro, como bem nos lembrou Rodrigues (2020).

Humanização como retórica

Existe uma prática corrente nas redações jornalísticas de que para *humanizar* uma *reportagem* é preciso elaborar um caso específico. Encontrar um personagem e partir de um exemplo para a construção da matéria. Conceber uma narrativa individual para o coletivo. A ideia de contar uma história e depois detalhar o fato é um espraiamento simbólico do que não tem acontecido na cobertura jornalística de modo geral na grande mídia. E, quando os exemplos são detalhados, o ponto de partida é quase sempre uma fotografia da vítima, sorridente e sonhadora. Frequentemente, a experiência do relato é da ordem da homenagem. Os corpos estão ausentes. Sem corpos diante dos olhos, vemos caixões que viram combustíveis de notícias falsas. Segundo a *Agência Lupa*, 30% dos vídeos e fotos mais compartilhados sobre o novo coronavírus em grupos de *WhatsApp* no início de maio de 2020 eram *fake news* sobre caixões vazios (LEMOS, 2020).

Propomos uma exemplificação da cobertura jornalística a partir de três datas até aqui importantes, numericamente, em relação à pandemia: 20 de junho de 2020, quando o Brasil atingiu os 50 mil mortos por Covid-19, 7 de janeiro de 2021, quando os números chegaram aos 200 mil óbitos e 29 de abril de 2021, quando se chegou às 400 mil vítimas. Percebam que elegemos a duplicação dos números: 50 para 100, 100 para 200, 200 para 400. Partimos da pergunta: qual abordagem o jornal televisivo de maior audiência no país, o *Jornal Nacional*⁶, da Rede Globo de Televisão, ofereceu sobre o assunto? Importante afirmar que ficou óbvio que os “valores-notícia” em torno da pandemia estavam muito bem estabelecidos na percepção dos editores do jornal. Restou perceber qual o tratamento dado ao tema. Vejamos.

No dia em que o país ultrapassou o número de 50 mil mortes causadas pelo Coronavírus, o *Jornal Nacional*⁷ iniciou a edição com um editorial pedindo para que as pessoas respirassem. O texto, lido pelo apresentador William Bonner, afirmava: “50 mil não é um número. São pessoas que morreram numa pandemia. Elas tinham família, mães, pais, filhos, irmãos, tios, avós... famílias”. Enquanto isso, imagens de vítimas do vírus, entre perceptíveis e imperceptíveis, são projetadas atrás dos apresentadores. A iniciativa que a princípio reivindica uma humanização diante dos números, mostra-se retórica. Ao longo da edição, nenhuma reportagem que trata do assunto dialoga com esse desejo. O que vemos, assim como no dia a dia do jornal, são basicamente números (figuras 1 e 2). Fala-se de hospitais de campanha em várias regiões do país, de falta de insumos, sedativos e de vagas nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs. O jornal aborda os decretos de medidas de isolamento em municípios e estados, revela o crescimento de casos, mas tudo embasado em um jornalismo estatístico.

Figura 1 - Repórter apresenta o crescimento de casos e mortes em Belo Horizonte.

⁶ Naquela semana, entre 26 de abril de 2021 e 2 de maio de 2021, o *Jornal Nacional* foi o quarto programa mais visto da televisão brasileira, perdendo apenas para as novelas *Império* (1º lugar) e *Salve-se quem puder* (3º lugar), além do *Big Brother Brasil* (2º lugar), todos da Rede Globo de Televisão. Os dados são da Kantar Ibope Media, que avaliou os números do horário nobre em 15 praças brasileiras. O relatório, intitulado *Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 26/04 a 02/05/2021*, está disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-26-04-a-02-05-2021>. Acesso em mar.2022.

⁷ Todas as edições citadas neste trabalho foram acessadas por meio da plataforma GloboPlay. Para ver os telejornais é preciso ser assinante. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/20-06-2020>. Acesso em: mar.2022.

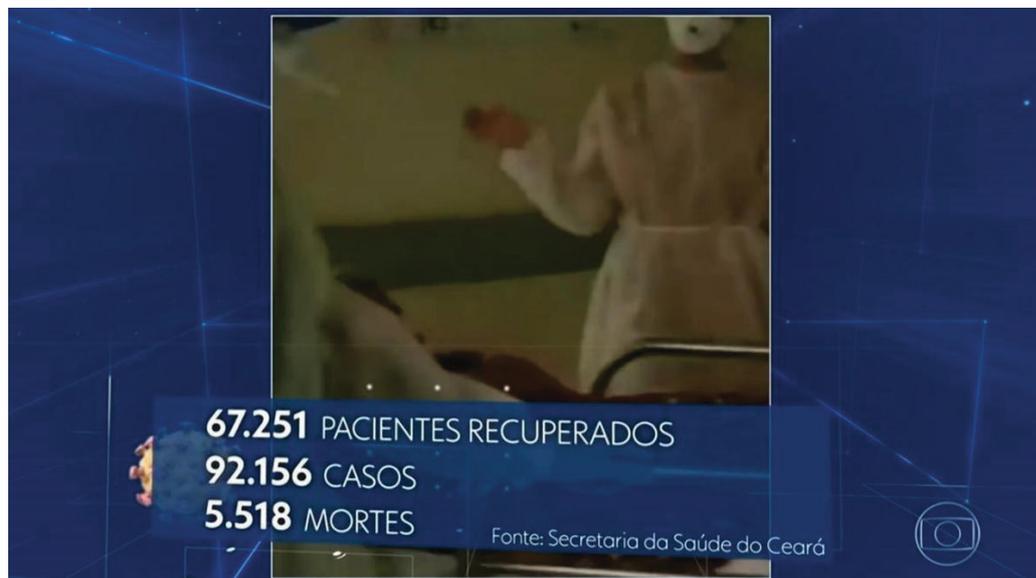


Figura 2 - Apresentadora detalha os casos de infectados nas últimas 24 horas do dia 20 de junho de 2020.



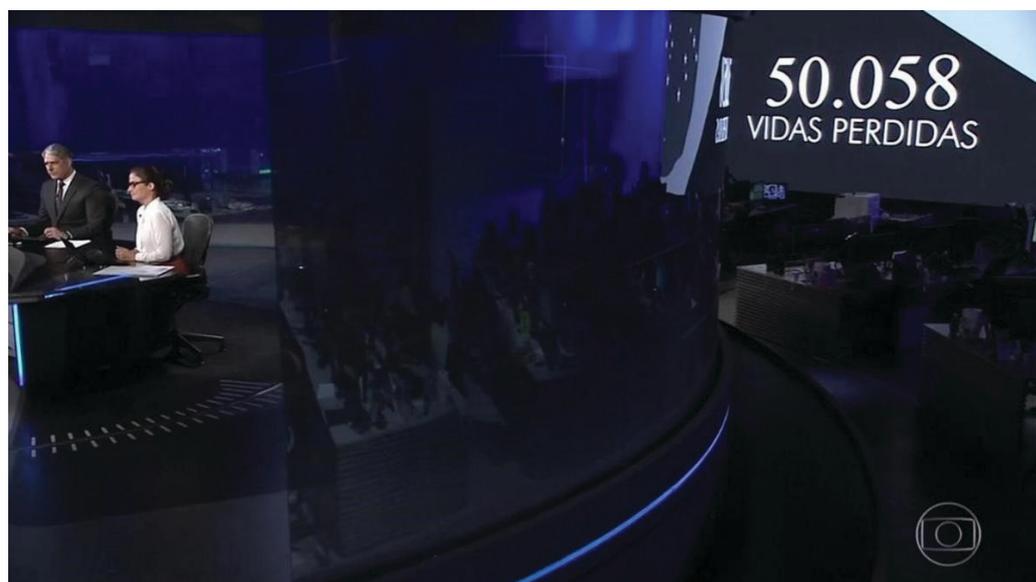
A edição de 20 de junho também tratou de assuntos como o desmatamento na Amazônia, o comício para campanha de reeleição de Donald Trump, a entrada do ex-ministro Abraham Weintraub nos Estados Unidos, os desdobramentos do caso Fabrício Queiroz e realizou chamadas para os programas *Fantástico* e *Esporte Espetacular*. Ao final, uma reportagem retomou o assunto, mostrando um gesto comum nos hospitais: a saída dos pacientes recuperados sob aplausos. Mesmo ali, o que embasa a argumentação da narrativa também são os números, desta vez dos recuperados (figura 3).

Figura 3 - Reportagem detalha os números dos pacientes recuperados no Ceará.



O *Jornal Nacional*, portanto, diz querer uma coisa, mas realiza outra. No encerramento, efetiva uma “homenagem” ao estampar o número de mortos pela pandemia até ali, 50.058, em silêncio (figura 4). Colabora para a tradução em estatística e segue dizendo em “língua dos números” (RODRIGUES, 2020). A presença do editorial que questiona a forma de perceber a pandemia por meio dos números contradiz o trabalho jornalístico que investe numa cobertura atolada em gráficos.

Figura 4 - JN é encerrado com os números de vítimas causada pela pandemia.



⁸ Todas as edições citadas neste trabalho foram acessadas por meio da plataforma GloboPlay. Para ver os telejornais é preciso ser assinante. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/07-01-2021>. Acesso em: mar.2022.

Quase seis meses depois, em 7 de janeiro de 2021, enquanto o país atravessava o número de 200 mil mortos, o *Jornal Nacional*⁸ foi além da retórica. Voltou a exibir os gráficos em excesso, mas trouxe, por meio do repórter Alan Severiano, que apresentava a pandemia em estatísticas diariamente no jornal por meio dos gráficos da evolução do vírus do país (figuras 5, 6 e 7), uma “homenagem”.

Figura 5 e 6 - Em uma rotina diária do Jornal Nacional, o repórter Alan Severiano detalha as estatísticas da pandemia.

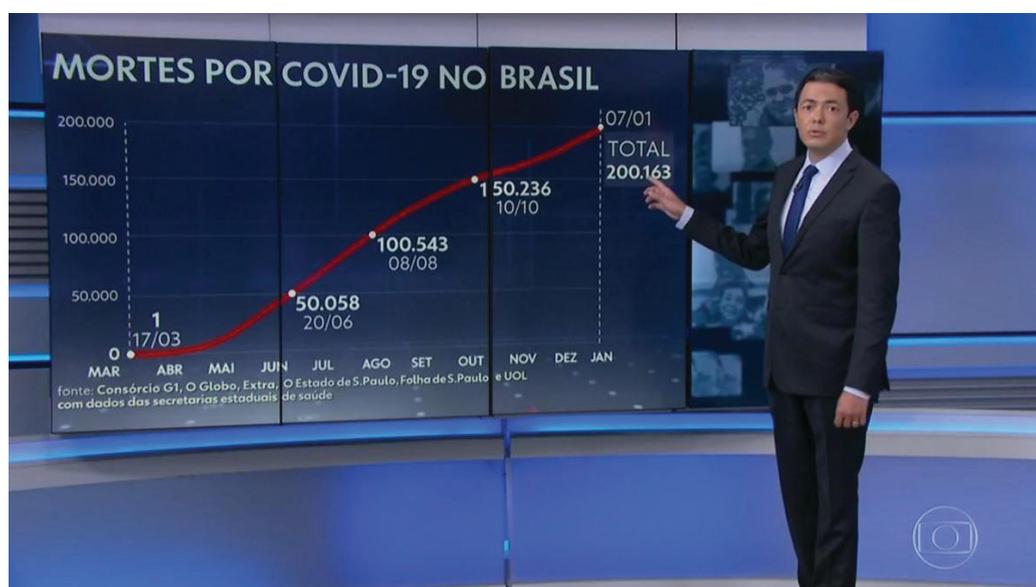


Figura 7 - Mapa diário da evolução e involução do vírus em todos os estados do país.



O que Alan fez foi tentar humanizar os atravessamentos das famílias enlu-

tadas por meio de relatos de cinco pessoas que perderam seus familiares (figura 8). Em depoimentos que não passavam de um minuto cada, o *Jornal Nacional* enfim buscou elaborar uma observação para além dos números. Escapou da lógica diária dos gráficos. Talvez tenha, enfim, ainda que sem corpos, causado alguma comoção e com isso rompido uma congruência de controle das emoções coletivas.

Figura 8 - Alan Severiano escuta rápidos depoimentos de familiares que perderam parentes com a Covid-19.



Ao final, assim como em 20 de junho, encerrou a edição em silêncio, com a exibição de um número: 200.163 mortos (figura 9).

Figura 9 - Encerramento do *Jornal Nacional* no dia em que o Brasil ultrapassou a marca de 200 mil mortes.

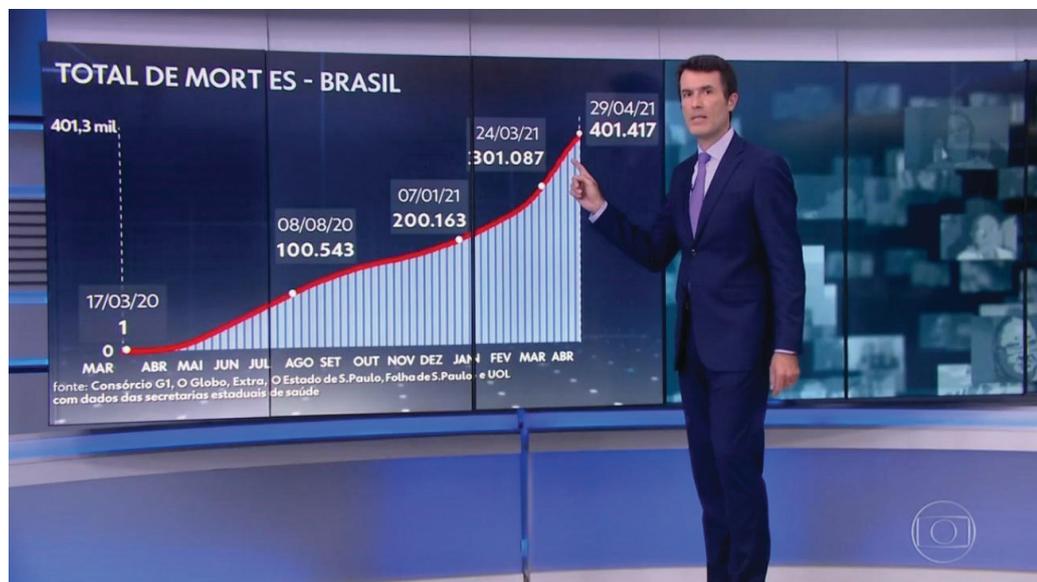


⁹ Todas as edições citadas neste trabalho foram acessadas por meio da plataforma GloboPlay. Para ver os telejornais é preciso ser assinante. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/29-04-2021>. Acesso em: mar.2022.

Em 29 de abril⁹, realizou sua chamada dando destaque para o início dos trabalhos na Comissão Parlamentares de Inquérito (CPI), mas abriu o jornal com os números, destacando, por meio do repórter Fabio Turci, a evolução numérica e a diminuição do intervalo temporal entre as marcas em índices redondos da pandemia (figura 10). O quadro seguiu com um comparativo dos números entre

os países, apontando o Brasil como o segundo no mundo em mortes absolutas, e repetiu a rotina diária de apresentar os dados detalhadamente com mortes e casos em 24 horas, situação por estados da federação, com detalhamento de regiões em alta, em queda ou estável.

Figura 10 - Fabio Turci mostra a evolução numérica e a diminuição do intervalo temporal entre as marcas em números redondos da pandemia.



Ao final, Turci, como faz Alan Severiano, lamentou os índices e devolveu a fala para os apresentadores do telejornal. A edição seguiu com reportagens que apontaram as mortes por outras doenças que não Covid-19, protocolo nos aeroportos brasileiros em comparação com outros países, a falta de vacina em diversas cidades brasileiras, a distribuição da vacina AstraZeneca, a chegada do primeiro lote da vacina da Pfizer e um detalhamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a não recomendação para a importação da vacina Sputnik V. Depois, Fabio Turci volta ao telejornal para inaugurar um novo quadro numérico: os dados da vacinação (figuras 11 e 12).

Figura 11 e 12 - O Jornal Nacional inaugura um novo quadro numérico que passará a revelar os dados da vacinação no Brasil.





Na sequência, ao chamar o intervalo, o *Jornal Nacional* apresenta o número 401.417 em silêncio, como costuma fazer nas edições anteriores ao final do jornal. Aqui, decidiu realizar a suposta homenagem nas chamadas para os intervalos. As vinhetas de passagem deram lugar ao silêncio com o número estampado no painel da redação. O jornal seguiu apresentando outras pautas e o assunto sobre a morte não retornou à edição até a última notícia, quando a história de recuperação da criança Manuela e seus pais, Mariana e Fernando, foi ao ar. A nota coberta detalhou a recuperação dos três e, por meio de vídeos caseiros, mostrou o encontro de Fernando com a filha e depois a mãe, Mariana. Embora emocionante, o relato se pauta na cura de três personagens e não no luto dos familiares dos mais de 400 mil mortos daquele momento.

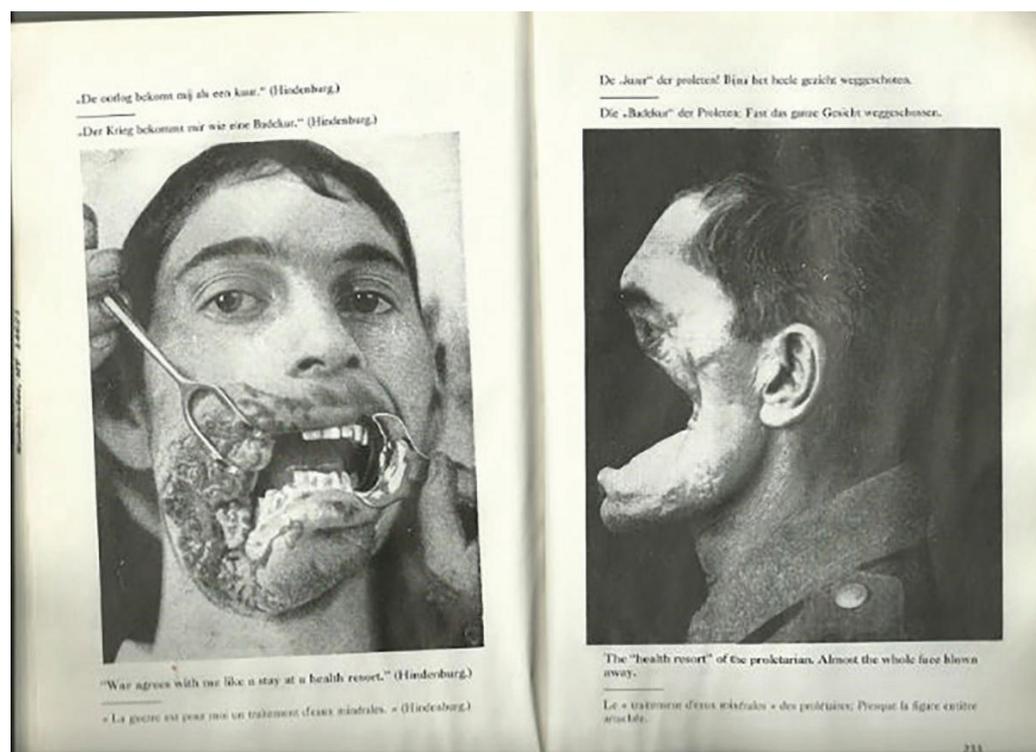
Imagem como prova

Voltemos a Butler (2018). A filósofa realiza, a partir do exemplo de cobertura na guerra, uma análise que também nos convém agora em tempos de pandemia. Para ela, o Estado entendeu já há alguns anos a importância de atuar no campo da percepção imagética e, por meio dessa elaboração, controlar a comoção. Neste sentido, o exemplo que Sontag (2013) nos oferece é irretocável. Após afirmar ser possível que, “se o horror pudesse ser apresentado de forma bastante nítida, a maioria das pessoas finalmente apreenderia toda a indignidade e a insanidade da guerra” (SONTAG, 2003, p. 17), ela nos conta a história de Ernst Friedrich e seu álbum *Krieg dem Kriege!* (Guerra contra guerra!), que revela 180 imagens da Primeira Guerra Mundial retiradas dos arquivos militares e médicos da Alemanha. “Quase todas as imagens de Guerra contra guerra! são difíceis de olhar” (SONTAG, 2003, p. 18). A obra traz um capítulo intitulado “A fase da guerra” (figura 13), com 24 closes de rostos desfigurados de soldados. O álbum foi rapidamente denunciado. “Em determinadas cidades, a polícia invadiu as livrarias, e abriram-se processos contra a exibição pública das fotos” (SONTAG, 2003, p. 18).

Consciente e atuante da reverberação que trabalhos assim são capazes de fazer, quase sempre, eles são proibidos ou, no caso da cobertura comprometida, desconsiderados. “O que está em jogo é a regulação das imagens que poderiam galvanizar a oposição política a uma guerra” (BUTLER, 2018, p. 112). A consequência disso é a edificação de um modelo padronizado de imagem que estrutura, a partir de estatísticas e gráficos, uma forma de ver algo difícil de se fazer representável, portanto, dificultoso de uma leitura aproximada da realidade. “A imagem, que, supostamente, deveria entregar a realidade, na verdade a esconde da percepção” (BUTLER, 2018, p. 112).

ção”. (BUTLER, 2018, p. 115).

Figura 13 - Fotografia do livro *Krieg dem Kriege!* (1924), de Ernst Friedrich.



Para uma reflexão mais imagética, propomos pensar, em termos comparativos, na cobertura midiática do 11 de setembro, nos Estados Unidos da América. Muita coisa poderia ser analisada a partir deste acontecimento, mas para ficar em um exemplo, sugerimos a recordação de uma das imagens mais reproduzidas na época, para além das colisões das aeronaves nos prédios e dos desmoronamentos: a cena de um homem caindo (figura 14). Um corpo ainda vivo, em movimento, em encontro com a morte. São segundos reguladores de emoções. Nos constituem enquanto sujeitos, quase sempre, comovidos e assustados.

Nos lembra Sontag (2003, p. 69) que as fotos são capazes de objetificar e, objetificando, transformam “um fato ou uma pessoa em algo que se pode possuir”, possuindo-o, no caso do homem que cai das torres, nos moldamos para nos indignar diante dos autores do que ficou conhecido como atentado terrorista ao World Trade Center. Para Sontag, a noção contemporânea de atrocidade exige provas fotográficas: “se não há provas fotográficas, não há atrocidade”. (SONTAG *apud* BUTLER, 2018, p. 108).

Figura 14 - *The Falling Man*, fotografia de Richard Drew, da *Associated Press*. A imagem mostra um homem caindo da Torre Norte do World Trade Center às 09:41:15 durante os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque.



Acreditam nisso também estudiosos, ativistas e políticos envolvidos na história racial americana. No documentário *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016), os especialistas, ao analisarem a correlação entre a criminalização da população negra americana e o crescimento do sistema prisional do país, afirmam que só a partir do momento em que os movimentos civis começaram a mostrar as imagens foi possível esboçar alguma reação às políticas discriminatórias. Percebam que se trata de um tema que quase nunca é considerado merecedor de destaque nos noticiários, portanto, nos cálculos em torno da noção de valores-notícia.

¹⁰ É um advogado e comentarista político da CNN. É também fundador da Dream Corps, uma entidade que se intitula uma “incubadora de ideias e inovações poderosas destinadas a elevar e capacitar os mais vulneráveis em nossa sociedade”.

Os entrevistados lembram que Martin Luther King Jr. tinha, como estratégia nos anos 1950, mobilizar a televisão para revelar como a segregação era realizada. “Você tem que chocar as pessoas para chamar a atenção”, diz um dos entrevistados, Van Jones¹⁰. O filme mostra uma sequência de imagens de assassinatos e abordagens policiais que conseguiram constituir uma trajetória de comoção em relação aos negros nos Estados Unidos: Oscar Grant, Tamir Rice, Sam Dubose, Freddie Gray, Jason Harrison, Laquan McDonald, Eric Courtney Harris, Philando Castile (figura 15) e Eric Garner (figura 16). Este último, semelhante a George Floyd.

Figura 15 - Frame do momento em que Philando Castile é baleado pela polícia. Filme *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016).



Figura 16 - Frame do sufocamento de Eric Garner. Filme *A 13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016).



Todas as imagens, no entanto, são de dispositivos móveis das vítimas, dos familiares próximos ou dos próprios policiais. “A diferença é que agora alguém pode pegar um destes e registrar o que está acontecendo. Pode publicar no Youtube e o mundo inteiro tem que lidar com isso”, afirma Van Jones, mostrando um *smartphone*.

Isso aponta para o fato de que não necessariamente só a conhecida “grande mídia”, aglomerados de comunicação como CNN e FOX, nos Estados Unidos, ou Rede Globo e Record, no Brasil, detêm o monopólio do poder de manipular a opinião pública. Não entraremos aqui neste mérito, mas podemos, de modo geral, concordar que a atenção pública é guiada, como acreditava Sontag (2013), pelas atenções destas mídias. Hoje, cada vez mais, também somos conduzidos pelas re-

des sociais e seus controles de emoções. Também não é objeto deste trabalho analisar esse fragmento comunicacional. Porém, seja por meio da tradicional mídia, seja pelas redes, todas as formas de disputa de sentimentos perpassam a constituição imagética. Foi o que se deu na chamada Guerra do Vietnã (1955-1975). Foram as imagens das atrocidades que geraram o sentimento de comoção. Sontag (idem) nos lembra que um acontecimento semelhante se deu também na Guerra da Bósnia (1992-1995), no que ficou conhecido como efeito CNN.

Por causa de exemplos como esses trazidos pelos entrevistados do filme de Ava DuVernay ou pela comoção tanto nas guerras do Vietnã, como na Bósnia, desconfiamos que as imagens que nos alimentam nos moldam em um tipo de subjetividade, não nos permitem perceber a moldura dos enquadramentos que ditam realidades. Vamos sendo forjados sem consciência do que e como nos forjam, mas ao perceber a fragilidade do outro, percebemos as nossas fragilidades.

Existem maneiras de enquadrar que mostram o humano em sua fragilidade e precariedade, que nos permitem defender o valor e a dignidade da vida humana, reagir com indignação quando vidas são degradadas ou dilaceradas em que se leve em conta seu valor enquanto vidas. (BUTLER, 2018, p. 118)

Butler nos lembra das fotos de Abu Ghraib e das poesias dos presos de Guantánamo, e de quanto esses dispositivos escaparam ao controle daqueles capazes de forjar subjetividades. Segundo ela, quando os advogados especializados em direitos humanos promoveram a publicação das fotografias em todo o mundo, estabeleceram condições para sentimentos como surpresa, indignação e repulsa. Assim, eles possibilitam uma evasão capaz de gerar uma trajetória de comoção.

Embora nem a imagem nem a poesia possam libertar ninguém da prisão, nem interromper um bombardeio, nem, de maneira nenhuma, reverter o curso da guerra, podem, contudo, oferecer as condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamar por justiça e pelo fim da violência. (BUTLER, 2018, p. 27)

Cabe a provocação: o que é capaz de provocar horror ou indignação? Um gráfico com números diários ou uma foto de um homem em queda de um prédio em chamas? Qual imagem consegue pautar pelo fim da violência: homens negros sendo sufocados por quatro, cinco policiais ajoelhados, ou mapas de um país contaminado, mas colorido entre amarelo, vermelho ou azul?

Conclusão

Segundo João Moreira Salles, recorrendo ao analista político americano Jamelle Bouie, “o trauma nacional tem a capacidade de unir” (SALLES, 2020). Para Salles, quando choramos juntos os nossos mortos, “expomos a fragilidade da nossa condição e explicitamos nosso destino comum, o que põe em relevo um sentimento coletivo que é o contrário do egoísmo.” (idem). Em seu texto para a Revista Piauí, publicado em julho de 2020, o documentarista cria um campo de diálogo com alguns dos pensamentos trazidos neste trabalho e também nos alerta para a importância do luto público como já apontamos também em Butler (2018, p. 65): “a distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância”. É ele o elo capaz de comover. “Ainda que cada dor seja intransferível, essa comunhão em torno do sofrimento proporciona um alicerce para a solidariedade e a ação coletiva” (SALLES, 2020). É o exato oposto do que nos faz perceber quando a pandemia é traduzida em números, gráficos e estatísticas.

A partir disso, podemos concluir, pensando com Butler (2018), Sontag (2013) e Hardt (2000), que o enquadramento dado pela cobertura jornalística que

nos alimenta a respeito da pandemia, usando como exemplo o telejornal de maior audiência do país, não chega a nos incomodar ou, para usar um termo da Sontag (idem), não nos persegue. E, sendo assim, não desvela a precariedade ou a fragilidade humana que reivindica Butler (2018), construindo um presságio de que apesar de todas essas mortes e contaminações, não há perda nem dor e, portanto, não há razão para luto.

Essa conclusão diz respeito ao presente, mas também ao futuro. Não nos atravessar hoje é uma substância fundamental para o não atravessamento do amanhã. Presumimos que essa modalidade de apresentação midiática baseada em uma cobertura comprometida, fundamentada em revelar gráficos e esconder corpos, elaborará, ao longo dos próximos anos, uma espécie de estatuto histórico ausente de memórias visuais. Neste caso, não choramos o que não avistamos, nem choraremos o que não vamos ver porque não haverá imagens para se enxergar. Podemos trazer aqui um questionamento também de Sontag: “que atrocidade do passado incurável julgamos ser nosso dever revisitar?” (SONTAG, 2003, p. 78). Para exemplificar, voltemos à fotografia de Richard Drew, de um homem caindo no 11 de setembro. Ficamos chocados à época, mas também nos mantemos boquiabertos até hoje. Sobre a pandemia de 2020-2022, qual imagem regulará nossas emoções daqui a 20 anos?

Amputados pelo processo de subjetivação que neste momento nos constitui, parece-nos que secamos nossas lágrimas e não percebemos o que os números nos mostram. “O trabalho de luto talvez seja, em grande medida, uma tentativa de perder os mortos sem abandoná-los, nosso último e permanente gesto de amor” (RODRIGUES, 2020, p. 137).

Referências

A 13ª EMENDA. Direção: Ava DuVernay. Produção: Howard Barish, Ava DuVernay e Spencer Averick. Distribuição: Netflix. Nova Iorque, 2016. 100 min., son., color.

BUTLER. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b. p. 57-97.

BUTLER. Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b. p. 99-149.

BUTLER. Vida precária, vida passível de luto. In: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018c. p. 13-55.

FILHO, Ciro Marcondes. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza.** São Paulo: Ática, 1986.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996, p. 68-75.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle.** In: ALLIEZ, Éric (Org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 357-372.

JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia e os valores-notícia**. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. UNRevista. vol.1, n.3, julho, 2006.

JORNAL NACIONAL. Diretor Responsável: Ali Kamel. Produção: Rede Globo de Televisão. Edições: 20 de junho de 2020, 7 de janeiro de 2021 e 29 de abril de 2021, Rio de Janeiro, Brasil.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado**: 26/04 a 02/05/2021. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-26-04-a-02-05-2021>. Acesso em: mar. 2022.

LEMOS, Vinícius. **A farsa dos caixões vazios usados para minimizar mortes por Covid-19**. BBC News Brasil. Mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52584458>. Acesso em: mar. 2021.

MOMBAÇA, Jota. **MASP Seminário: Arte e descolonização**. São Paulo: MASP Museu de Arte de São Paulo, 21 out. 2019. 1 vídeo (2:22:28). Publicado por MASP Museu de Arte de São Paulo. Disponível em: <https://youtu.be/fdb5Hw7sWhI>. Acesso em: ago. 2021.

ORLANDO, Giovanna. **Seis meses após Idai, Moçambique teme nova temporada de ciclones**. Portal R7. Set. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/seis-meses-apos-idai-mocambique-teme-nova-temporada-de-ciclones-16092019>. Acesso em: ago. 2021.

PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, v.1, n.2, p.13-29, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>. Acesso em: mar. 2022.

PLATÃO. **A República** [ou Da justiça] [livro eletrônico] / Platão; Tradução, textos complementares e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2020.

RODRIGUES, Carla. **Os fins do luto**. Revista Serrote em quarentena, São Paulo, edição especial, p. 132-143, jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serrote-edicao-especial/>. Acesso em: ago. 2021.

SALLES, João Moreira. **A morte e a morte**: Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio. Revista Piauí. Jul. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: ago. 2021.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.